

# ESPAÇOS EM BRANCO, MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS DA 'HISTÓRIA' DE MOÇAMBIQUE

DOI: 10.5935/2177-6644.20160024

BLANK SPACES, UNDERGROUND  
MEMORIES FROM THE 'HISTORY' OF  
MOZAMBIQUE

ESPACIOS EN BLANCO, MEMORIAS  
SUBTERRÂNEAS LA 'HISTORIA' DE  
MOZAMBIQUE

**Sheila Khan\***

**Resumo:** Este texto é uma tentativa de pensar duas questões: em primeiro lugar, como trabalhar a História de Moçambique sem o 'outro' lado da sua própria historicidade, isto é, o relativo às memórias daqueles que optaram por deixar este país após a sua independência? Em segundo lugar, em que medida a diáspora moçambicana, pode ajudar a entender os "espaços em branco" da narrativa histórica de Moçambique. Este trabalho procura sem a pretensão de esgotar nenhum argumento ou explicação, abordar alguns lugares dessa memória subterrânea da História de Moçambique.

**Palavras-chave:** Moçambique. História. Memória e Narrativa.

**Abstract:** This text is an attempt to think about two issues: first, how to work the history of Mozambique without the 'other' side of its own historicity, that is, about the memories of those who chose to leave this country after its independence? Second, to what extent the Mozambican diaspora can help to the understanding of the "blank spaces" of Mozambique's historical narrative. This work seeks, without the pretension of exhausting any argument or explanation, to address some places of this subterranean memory of the History of Mozambique.

**Keywords:** Mozambique. History. Memory and Narrative.

**Resumen:** Este texto es un intento de pensar dos cuestiones: en primer lugar, cómo trabajar la Historia de Mozambique sin el otro lado de su propia historicidad, es decir, el relativo a las memorias de aquellos que optar por dejar este país después de su país Independencia? En segundo lugar, en qué medida la diáspora mozambiqueña, puede ayudar a entender los "espacios en blanco" de la narrativa histórica de Mozambique. Este trabajo busca sin la pretensión de agotar ningún argumento o explicación, abordar algunos lugares de esa memoria subterrânea de la Historia de Mozambique.

**Palabras clave:** Mozambique. Historia. Memoria y Narrativa.

---

\* Pós-doutoranda nas Universidades de Manchester e Coimbra. Investigadora Efectiva no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. E-mail: sheilakhan31@gmail.com

## Introdução

*A memória é um estado de afeição.*  
Agustina Bessa-Luís (2015, p. 22).

A memória que um país constrói sobre si mesmo pode alcançar registos entre si contraditórios. Se por um lado se apresenta gloriosa e magistral; por outro lado pode assumir uma visão omissa, seletiva e sinuosa de si mesma, resvalando quase para uma leitura ficcional dos seus anais. A memória não se escreve por linhas retas e rigorosamente definidas. Curiosamente, manifesta-se com alguma frequência por uma habilidosa maneira, que ora tenta resgatar dos seus ‘escombros’ as glórias do seu passado, ora esconder sem pudor e moral os feitos dignos e exemplares dos seus homens e mulheres. Primo Levi (2011) teve essa percepção tão arguta quanto urgente ao compreender o valor e relevância da testemunha como do sentido de responsabilidade cívica e ética de quem recebe, preserva e partilha o testemunho, iniciando desse modo uma espécie de continuidade e de níveis de participação na disseminação e comunicação da memória coletiva, nacional e mesmo pessoal no papel de uma nova testemunha. Num trabalho interpretativo sobre estes níveis de participação na partilha da memória (SILVA, KHAN, MENDES, 2016; KHAN, 2016), salientou-se a questão do poder e das autoridades de memória entre quem testemunha e quem recebe o testemunho e, por seu turno, se transforma em testemunha para um outro sujeito. No horizonte desta reflexão, observou-se que:

Neste contexto, importa problematizar os regimes de adequação entre os sujeitos que experienciam em sentido direto um evento, um momento, um fenómeno, e os sujeitos que recebem os testemunhos, que narram ou que traduzem a experiência dos outros, como uma ‘segunda’ memória. Existem hierarquias entre aquele que conta, que dá o testemunho, e o destinatário pós-geracional desse testemunho, que o reescreve numa outra narrativa? Será que aquele que narra a memória dos outros tem a mesma legitimidade e autoridade na sua narrativa, quando comparada com a autoridade da narrativa original? Como medir e interpretar os intervalos críticos entre uma e outra memória? Quais as autoridades da memória e da pós-memória quando em diálogo ou confronto? Na presença dessas autoridades, quem são e onde estão os autores? Qual o valor de falarmos de uma memória multidirecional com várias escalas autorais? Será mais apropriado falar em dever de memória ou em direitos conflituais de memórias e de pós-memórias? (SILVA, KHAN & MENDES, 2016, p. 6).

Estas questões são impertinentes na medida em que levam ao confronto entre duas versões da História de um país: de um lado, uma narrativa política e oficialmente tomada como legítima e válida, e de um outro lado, uma narrativa não-oficial, mas não menos capaz e desqualificada na sua capacidade de constituir uma autoridade de memória, no grande mapeamento histórico de um país, de uma nação, de um povo. Claramente, um lugar de tensão, de negociação e de grande resistência no que diz respeito às várias memórias que se apresentam como abordagens e propostas alternativas a uma visão mais oficial e institucionalizada vigente (e assumida como a mais verdadeira e genuína). Não basta partilhar, é preciso fazê-lo com a certeza de que uma narrativa humana histórica e social marcará os nossos passos como uma bússola para as gerações vindouras para que estas possam criticamente avaliar e dialogar com o seu passado, comenta o investigador António Sousa Ribeiro (2010), num ensaio, no meu entender, incontornável sobre memória, identidade e representação.

No argumento que procuro desenvolver neste artigo, e no caso concreto da História de Moçambique, estão as nossas sociedades atuais africanas preparadas para uma outra partilha de memórias e narrativas, que não são a representação direta do poder oficial e das suas elites políticas e económicas? Escrever sobre esta questão remete-nos para um lugar de reflexão com uma ausência gritante de dados concretos (KHAN, 2006, 2009, 2015). Basta-me um exemplo visível para reforçar esta minha posição: refiro-me à diáspora moçambicana em Portugal. Este trabalho é a manifestação de uma vontade de pensar duas questões: a) em primeiro lugar, como trabalhar a História de Moçambique sem este 'outro' lado da sua própria historicidade? b) em segundo lugar, em que medida a diáspora moçambicana pode constituir uma via para sublimar e compensar os espaços em branco da História de Moçambique, numa leitura que compreenda múltiplas memórias, narrativas e visões do mundo da experiência moçambicana em Moçambique e fora de Moçambique? Este artigo procurará responder a estas duas questões sem a pretensão de atingir o patamar de uma argumentação inabalável.

As sociedades mantêm com os seus tempos históricos uma relação de amor, ódio, esquecimento e exaltação. No âmago dessa relação, as memórias assumem o papel de criadoras de narrativas importantes para estabelecer pontes de união entre os seus cidadãos, tornando-as ferramentas maleáveis em prol de um constante processo de interpretação e de negociação com realidade em mutação. Claramente, as narrativas caracterizam-se para a memória humana como elementos portadores de coerência, de

continuidade e de estabilidade identitárias. A seleção de memórias define e reflete o modo como as nações, os países e as suas comunidades dialogam com o seu património cultural, social e ontológico. Esta escolha não é de todo anódina e destituída de um certo sentido crítico e estratégico. Pelo contrário, revela que, a par de uma historicidade ou narratividade do que é socialmente definido como oficial e legítimo, existe um outro lado ocultado, esquecido, ignorado e conscientemente definido como pouco válido para uma determinada época, etapa histórica e política de uma sociedade e de um país. A este momento, convoco para a minha observação a metáfora das linhas abissais de que o trabalho de Boaventura de Sousa Santos foi, embora polemicamente, um expoente, e deste registo feito de sinédoques ressalto as seguintes palavras do sociólogo:

A humanidade moderna não se concebe sem uma subhumanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para que a outra parte da humanidade se afirme como universal (e essa negação fundamental permite, por um lado, que tudo o que é possível se transforme na possibilidade de tudo e, por outro, que a criatividade do pensamento abissal banalize facilmente o preço da sua destrutividade) (SANTOS, 2007).

Aproveito a força deste excerto para me lançar no argumento sobre o qual desenvolvo todo o pilar deste trabalho: o de que a memória, tal como as formas humanas e culturais, é também dual, ambivalente e abissal. Isto é, as suas formas de inteligência do mundo podem assumir atitudes ambíguas e contraditórias face a um mesmo evento, e que por de trás destas memórias temos todo um elenco intenso, profundo e complexo de contextos, tramas e jogos políticos, económicos, sociais, que visam ter a posse de uma narrativa superior e hegemónica no diz que concerne sobre a leitura do mundo. Nesse sentido, elaborar as políticas de seleção, definição e manutenção da(s) memória(s) traduz um exercício de contextualização, de manipulação e de escolhas que promovem interesses bem específicos e nem sempre democráticos e plurais. No seu ensaio '*Collective Memory and Cultural History*', Alon Confino expõe com grande clareza o seu pensamento sobre esta conjugação entre políticas de memória, por um lado, e a sua cumplicidade com o espaço e tempo dos seus agentes humanos, por outro lado, ao comentar o seguinte:

For every society sets up images of the past. Yet to make a difference in society, it is not enough for a certain past to be selected. It must steer emotions, motivate people to act, be received; in short, it must become a socio-cultural mode of action. Why is it that some pasts triumph while others fail? Why do people prefer one image of the past over another? The answers to these questions lead us to formulate hypotheses and perhaps draw conclusions about historical mentality (CONFINO, 1997 sublinhado meu).

Se o elogio e a celebração de um quadro de memórias é edificado em detrimento de outros modos de compilação de memórias, pela mão de um trabalho seletivo em termos sociais, políticos e históricos, torna-se então legítimo ponderar num efetiva construção de memórias abissais: isto é, o predomínio das memórias exaltadas, glorificadas e mantidas como pilares e reforços poderosos de uma identidade coletiva e nacional, produto de um exercício de poder baseado num trabalho político e social de esquecimento, de apagamento e de negação de outras memórias. Num ensaio sobre as implicações políticas entre História, memória e esquecimento (2007), as autoras Paula Araújo e Myrian dos Santos abordam aspetos relevantes no que diz respeito a esta imposição hierárquica entre memórias e a destituição de outras memórias neste gesto de uma escolha útil, instrumental e politizada da memória, ao salientar o seguinte:

Procura-se lembrar tudo aquilo que foi deliberadamente colocado no limbo da história. A lembrança, contudo, está vinculada àqueles que têm o poder, pois são eles que decidem quais narrativas deverão ser lembradas, preservadas e divulgadas (ARAÚJO; SANTOS, 2007).

Ainda no seguimento do anterior ensaio, as autoras sublinham a presença de clivagens efetivamente fortes e estruturadas em torno de sistemas políticos que regulam com autoritarismo e uma vigilância apertadas este concerto de memórias disponíveis e ao complementar o seu pensamento, observam:

Esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, como também entre a sociedade englobante e grupos minoritários. São lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “envergonhadas” que muitas vezes se opõem à mais legítima e poderosa das memórias colectivas: a memória nacional (ARAÚJO; SANTOS, 2007).

Claramente, este desencontro de memórias integra elementos entre o dito e o não-dito, o confessável e o inconfessável, uma extensão hierárquica entre memórias que

querem ser “lembradas” e memórias cuja “lembança” não é apropriada: divergindo entre estas as memórias “proibidas”, “indizíveis” e ou “vergonhosas” (POLLAK, 1989, p. 8). Michael Pollak num texto fecundo sobre a relação intensa entre memória, esquecimento e silêncio, comenta que:

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 5).

Importando a riqueza da anterior reflexão de Michael Pollak para a leitura de um outro trabalho, o de Bruno Sena Martins, onde o autor exemplifica com grande acutilância no âmbito da sua investigação sobre os deficientes da guerra colonial, esta copresença de memórias divergentes e desiguais ao observar que:

[...] resulta desconcertante perceber o lugar residual que a Guerra Colonial ocupa no senso comum produzido e reproduzido sobre o que sejam a história recente e a identidade portuguesas ou, mais amplamente, sobre o profundo impacto do ciclo colonial no tecido social português. [...], auscultando os homens que viveram e fizeram a Guerra, em particular os que ficaram marcados por uma deficiência no seu curso, refletimos sobre o lugar que a violência colonial ocupa na memória e na experiência social em Portugal.

Compreender a disjunção que em Portugal se sedimentou entre quem fez a Guerra e a ordem sociopolítica e cultural que a silenciou ao absurdo, implica, [...], reconhecer uma política de memória que vigorou e vigora no Ocidente em relação à experiência colonial e à violência que a instaurou e perpetuou (MARTINS, 2015, sublinhado meu).

Regresso às preocupações centrais deste texto, pensando nas observações de Bruno Sena Martins, nomeadamente, dois momentos importantes que lançam as semelhanças entre a experiência da Guerra Colonial e o seu apagamento na memória coletiva portuguesa, e a ausência de um espaço de solidariedade e de ignorância pela ocupação de uma memória hegemónica, dominante e redutora doutras vivências humanas. Ora, estes dois vetores conduzem-me a um assunto pertinente e completamente inexplorado quer na historiografia moçambicana quer na historiografia portuguesa: a memória das experiências dos moçambicanos, homens e mulheres, que deixaram Moçambique após a independência política desta ex-colónia portuguesa rumo

ao Portugal ‘pós’-colonial, ‘pós’-descolonização e ‘pós’-imperial? Qual a razão desta ausência e ignorância abissais entre o antes e o depois da independência? Mimetizando as palavras de Araújo e Santos, “o que pode ser lembrado?” (2007. p.100), neste terreno de memórias não apenas “subterrâneas”, mas rasuradas seja da memória oficial seja da memória oral em Moçambique?

### **Olhar a Independência de Moçambique a partir de Portugal**

Em 2002 estive pela primeira vez em Maputo, capital de Moçambique, para realizar trabalho de campo, consultar o Arquivo Histórico e realizar uma pesquisa etnográfica, conversando com as pessoas, sentindo o pulsar de uma terra que era minha, e da qual tinha saído com quatro anos. Na verdade, dizer retorno à terra é uma provocação a mim mesma. Mas, faço-o com o intuito de dar uma certa ideia de continuidade e de consistência entre minhas memórias familiares e a realidade que fui pensando, imaginando, e definindo como objeto de estudo da minha investigação: as narrativas de vida e de identidade das pessoas que tinham deixado Moçambique a partir de 1974, em direção a Portugal.

Estar em Maputo foi uma novidade, uma exaltação imaginada, enaltecida e alimentada por tantas recordações de familiares, de amigos, e de toda uma comunidade de gentes diversas que me rodeavam com uma narrativa autobiográfica e que quase sempre iniciavam com: “quando vivíamos em Moçambique”. Mas, este Moçambique que muitos mimetizavam nas suas casas, no espaço do conforto doméstico da sua narrativa de vida e de identidade mais discreta (KHAN, 2009), estas narrativas que foram sendo guardadas nas vidas destes homens e mulheres moçambicanos em Portugal, eu não fui encontrá-las refletidas e estimadas e representadas na memória coletiva e social da cidade por onde caminhei durante meses. Era uma estranha inexistência, um completo rasurar de uma parte da sua humanidade, da sua evolução, da sua maturação. No fundo, era o registo de um esquecimento desse outro lado das muitas narrativas do grande puzzle histórico moçambicano. Era, uma forma desequilibrada, incompleta de escrever a interpretação histórica de um país, que cresceu não dentro das suas fronteiras geográficas, mas também fora desses limites em prol de interesses e exigências diversas: políticas, ideológicas e económicas. Pode parecer quase abusivo este tom com que escrevo e desalinho este ensaio, mas ninguém literalmente ninguém me questionou sobre

os moçambicanos que estavam a viver em Portugal, sobre como viviam, quem eram e o que sentiam relativamente à sua terra de origem.

A História oficial de Moçambique pura e simplesmente tinha rasurado estes homens e mulheres da inteligência histórica de Moçambique, homens e mulheres que optaram por razões políticas, sociais e culturais por abandonar as suas vidas em Moçambique e deslocar esses trajetos vivenciais para Portugal, no período a partir de 1974.

Embora territorialmente distantes da sua realidade de origem, muitos moçambicanos(as) recordam e ritualizam partes das suas vidas 'largadas' no passado, através da comida, da reunião com familiares e amigos e em viagens a Moçambique. Não obstante estes gestos que atuam como 'provas de vida', de continuidade e de ligação, a sua presença não significa qualquer sentimento de diáspora e da existência de uma comunidade transnacional: permanecem como vozes humanas no grande desinteresse histórico da memória moçambicana. Durante o tempo da minha investigação, percebi a memória sobre as vidas e identidades destes moçambicanos(as) existem apenas como uma memória ativada como linguagem interior e doméstica (KHAN, 2009). Recordo as palavras de Claude Olievenstein, que desvela tão primorosamente esta língua interior e cutânea da memória:

A linguagem é apenas a vigia da angústia... Mas a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento daquilo que não pode ser posto à distância. É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior (OLIEVENSTEIN, 1988, p. 57).

Na História de Moçambique não há compreensão e vontade de inclusão desta diáspora silenciosa, assim como também não existe um chão de cumplicidade para podermos falar e criticamente sopesar o pós-colonial moçambicano quer em Moçambique, quer em Portugal. Na verdade, como observa Fernando Bessa Ribeiro, no seu ensaio *A invenção dos Heróis: Nação, História e Discursos de Identidade em Moçambique*, sobre as figuras míticas do imperador de Gaza, Ngungunhane e o primeiro líder político da FRELIMO,<sup>1</sup> Eduardo Mondlane:

---

<sup>1</sup> Frente de Libertação de Moçambique.



A construção da nação dependia, em boa medida, da eficácia da dicotomia *nós, os moçambicanos*, em oposição a *eles, os colonialistas*, fundada na experiência da opressão colonial que unia todos os povos que viviam sob o domínio português em Moçambique. Conquistada a independência, a construção da nação prosseguiu através da consolidação das estruturas jurídico-administrativas e da produção de discursos identitários orientados para o enraizamento da ideia de pertença a um coletivo nacional capaz de integrar e subordinar as diferenças fundadas na etnia, na língua e na religião [...].

O trabalho de heroificação é inseparável da produção de uma memória coletiva de dimensão nacional por parte do Estado e seus agentes (RIBEIRO, 2005).

Esta eficácia dicotômica de que nos fala Bessa Ribeiro tornou-se não apenas uma definição de rasura e expulsão histórica, mas também uma criação de obstáculo para podermos discutir e abertamente pensar a historicidade moçambicana no seu todo: como uma narrativa dinâmica e em movimento de dentro para fora, através da sua diáspora, e de fora para dentro como uma forma de sedimentação e de continuidade mnemônica e ontológica entre os moçambicanos de *cá*, de Portugal, e os moçambicanos de *lá*, de Moçambique.

Discuti várias vezes estas questões com alguns colegas moçambicanos que me alertaram para um total desconhecimento deste Moçambique para lá do seu território; a dis-continuidade não é apenas social, territorial, física, é também uma interrupção política e ideologicamente construída e mantida por um labor de poder que, ironicamente, mantém nas suas agendas políticas ao exterior uma memória folclorizada, instrumentalizada, situacional e cosmopolita da diáspora moçambicana nas curtas visitas dos governantes do Estado moçambicano, e onde se ressuscitam determinados símbolos, rituais e celebrações para ostentar um aparente vigor sobre algo que não é palpável e sólido: veja-se por exemplo a última visita do atual Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, no dia em que Marcelo Rebelo de Sousa é empossado Presidente da República Portuguesa (9 de Março, 2016).

Este desconhecimento cria um grande desafio para pensar a ‘dicotomia’ e ambivalência em termos teóricos e metodológicos, no que concerne ao entendimento de uma experiência moçambicana simultaneamente pós-colonial (a da memória exterior) e pós-independência (a da memória oficial e dominante)? Como aproximar as linhas abissais associadas a estas memórias? No âmbito de um projeto *Nação e Narrativa Pós-*

*Colonial: Angola e Moçambique*,<sup>2</sup> realizei (com Jessica Falconi e Kamila Krakowska, também membros desta equipa de investigação) em 2010 um número interessante de entrevistas a escritores, jornalistas, académicos em Maputo. Uma das questões que com mais dificuldade se debatiam os nossos entrevistados e interlocutores era sobre se seria possível pensar o pós-colonial em Moçambique. Curiosamente, e talvez não seja assim tão estranho, ninguém se deslocava ou se permitia a mobilidade de uma postura de falar-se, ou colocar-se no lugar e tempo de um sujeito pós-colonial, esta experiência só poderia ser pensada na perspetiva do colonizador, daquele que sai, e não daquele que começa a sua história e a sua narrativa com a Guerra de Libertação Nacional. Para o historiador e escritor João Paulo Borges Coelho, uma das pessoas várias pessoas com que tivemos a oportunidade de conversar, no seu entender o pós-colonial - partindo do considerado o enquadramento histórico de Moçambique - é um “termo desfocado”. Nesse sentido, refere na sua entrevista:

[...] a palavra pós-colonialismo remete para um conceito, que faz muito mais sentido ser um conceito de depois do colonialismo no sentido temporal e geográfico. Eu sou historiador a olhar para o pós-colonialismo, não sou uma pessoa de estudos culturais. Portanto, eu percebo a que é que o termo recorre, ao movimento, mas acho que que há uma apropriação indevida deste termo, e, portanto, que é legítimo usá-lo referindo-se muito mais diretamente à questão do tempo. Quer dizer, criou-se uma tal realidade que hoje já ninguém pode referir-se à questão falando em pós-colonialismo, para além dos inocentes e dos ignorantes que não fazem essa distinção (LEITE, KHAN, FALCONI E KRAKOWSKA, 2012).

Acolho a explanação apresentada por João Paulo Borges Coelho, como uma alternativa explicativa da impossibilidade de dar acolhimento e um lugar meritório na História de Moçambique a este outro lado da memória, que Bruno Sena Martins classificou no seu ensaio sobre memórias da guerra colonial como “memórias abissais” (2015). Ignorar esta inteligência histórica sobre estas memórias e narrativas levanta escolhos para a produção de conhecimento feito de diálogo, entendimento e espelho de confiança existencial e emocional. Apostar nesta reivindicação, é recusar uma escrita

<sup>2</sup> Estas entrevistas realizadas em Maputo são o resultado do *Projeto Nação e Narrativa Pós-Colonial: Angola e Moçambique*, do CEsa (Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento da Universidade de Lisboa), apoiado pela FCT, coordenado por Ana Mafalda Leite (Universidade de Letras, UL), com uma equipa internacional composta por Hilary Owen, Livia Apa, Rita Chavez, Jessica Falconi, Kamila Krakowska e Sheila Khan, e do qual vieram a lume dois volumes: LEITE, Ana Mafalda *et al.* (2012), *Nação e Narrativa Pós-Colonial: Angola e Moçambique. Ensaio*; Lisboa, Edições Colibri; e LEITE, Ana Mafalda *et al.* (2012), *Nação e Narrativa Pós-Colonial: Angola e Moçambique. Entrevistas*; Lisboa, Edições Colibri.

‘abissal’ da História de Moçambique, é construir patamares de igualdade e de confiança entre as memórias minoritárias e suprimidas a favor do elogio e consagração de outras memórias, mais majoritárias e dominantes. Este é um caminho sensível e delicado para colmatar os “espaços em brancos” da História de Moçambique.

### **O risco da cegueira histórica**

No início deste trabalho coloquei a seguinte questão: a diáspora moçambicana, pode ajudar a entender os “espaços em branco” da História de Moçambique, quer do seu passado quer do seu presente? Eu acredito que sim, presumindo que esta diáspora não permitirá viver à sombra de uma memória moribunda e desfalecida do seu passado histórico e do seu presente atual. Na minha opinião, a História de Moçambique não pode ignorar e evitar este seu ‘outro lado’ da memória, porque sem este outro lado é impossível e incompleto o pensamento lúcido e arguto de reflexão da narrativa e da evolução histórica desta nação. Como afirmou Eduardo Mondlane: “Como todo o nacionalismo africano, o de Moçambique nasceu da experiência do colonialismo europeu” (MONDLANE, 1995;1969). Acredito que os estudos sobre a diáspora moçambicana concedem a oportunidade de narrar sem fragmentos o passado e que, por esta via, a diáspora tem em si a autoridade de memória para elevar-se como constituinte e representativa desse grande puzzle histórico, que deve ter como ponto de partida a visão de uma nação pós-colonial e a de uma nação pós-independência. Assim, sublinho como minhas as palavras de Luciana Soutelo quando afirma: “Recordar o passado não é o mesmo que compreendê-lo historicamente” (2015, p. 43).

Hoje, fazendo parte de uma geração pós-independência, educada e formada no contexto de uma diáspora moçambicana no espaço europeu e português, posso afirmar que o contributo para criação de uma leitura mais inclusiva e plural tem de partir de *nós moçambicanos daqui* em constante interação com os *moçambicanos de lá*: recusando como duas linhas paralelas e em comunicação a solidão da memória, por um lado, daqueles que ficaram em Moçambique, e, por outro lado, daqueles que partiram. Este é, sem dúvida, o pontapé de saída para a refutação da cegueira histórica, ou, nas palavras de Bruno Sena Martins, da construção de uma “memória pós-abissal”, que o antropólogo define como sendo:

A memória [...], cujo olhar para o passado inscreve a violência colonial no centro da narrativa histórica da modernidade.

A memória pós-abissal é aquela que identifica a memória abissal enquanto um segundo fôlego da violência colonial, uma violência que opera pelos seguintes mecanismos: a racialização do valor da vida humana; a elisão dos testemunhos que expõem as misérias produzidas pelo longo tempo do colonialismo; e a desqualificação das memórias vindas “do outro lado da linha”. Uma memória pós-abissal da violência terá que ser capaz de conter as vastas latitudes da experiência moderna, os vastos seus, carregando corpos e violências, mortos e sobreviventes, reconstituindo, a Norte e Sul os estilhaços de uma violência que está longe de ter cessado (MARTINS, 2015, sublinhado meu).

Esta política de uma memória pós-abissal é possível a partir do momento de um respeito e reconhecimento das narrativas de vida, de identidade e de futuro quer dos moçambicanos de *cá* quer dos moçambicanos de *lá*. Não foi o poeta da nação, José Craveirinha, a reivindicar, a reconhecer e a validar poeticamente e em todo o seu percurso autobiográfico a sua herança além-mar, no seu belíssimo poema *Ao meu Belo pai ex-emigrante*, nos seguintes versos?:

E na minha rude e grata  
sinceridade não esqueço  
meu antigo português puro  
que me geraste no ventre de uma tombasana  
eu mais um novo moçambicano  
semiclaro para não ser igual a um branco qualquer  
e seminegro para jamais renegar  
um glóbulo que seja dos Zambezes do meu sangue (CRAVEIRINHA,  
1974).

### Considerações finais

Este trabalho teve como intenção primordial reivindicar a existência e permanência de diversos registos e perfis de memórias. Mais do que um artigo reflexivo e conceptual, foi um trabalho de reflexão sobre a relação investigação, memórias e esquecimentos. Aqui, ficaram como registo dessa intenção de pensamento a evocação reivindicada de uma autoridade de memória no que diz respeito às memórias da diáspora moçambicana em Portugal. Embora não se assumindo como um estudo intensivo e analítico no que toca à complexidade do conceito diáspora, foi, no entanto, uma janela que se abre paulatinamente, no sentido de uma compreensão de como a diáspora pode representar uma outra alternativa de problematizar e de localizar a relevância de uma abertura à vastidão e diversidade da várias experiências humanas,

identitárias e de memórias ligadas à experiência colonial, pós-colonial e pós-independência no tempo em constante mutação da historicidade moçambicana.

Há neste trabalho uma aprendizagem de que há memórias animadas de impulsos, de reivindicações e de um desejo intenso de reinterpretar o passado, como há memórias cujo o pilar da sua autoridade é explicado pelo poder supostamente legítimo e dominante. Na verdade, como as sociedades e os seus sujeitos lidam com estes jogos de poder, de negociação, de lembranças e esquecimentos, será sempre um projeto inacabável e ininterrupto de saber, conhecimento e de leitura mais inclusiva e atenta não somente da diversidade do mundo, mas como as futuras gerações vão sentir e estimar este carácter inesgotável da memória humana.

### Referências

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento e SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica em Ciências Sociais**, n.79, p.95-111, Dez., 2007.
- CONFINO, Alon. Collective Memory and Cultural History: Problems of Method. **The American Historical Review**, Vol.102, No.5, p.1386-1403. Dec., 1997.
- CRAVEIRINHA, José. **Karingana ua Karingana**. Lourenço Marques: Edição da Académica, 1974.
- KHAN, Sheila. As cores da investigação em Portugal: África, Identidade e Memória. **Configurações, Revista de Sociologia**, número temático, Sociedade, Autoridade e Pós-Memórias, n.17, p.43-56, 2016.
- KHAN, Sheila. **Portugal a Lápis de Cor**. A Sul de uma Pós-Colonialidade. Coimbra: Editora Almedina, 2015.
- KHAN, Sheila. **Imigrantes Africanos Moçambicanos**. Narrativa de Imigração e de Identidade e Estratégias de Aculuturação em Portugal e na Inglaterra. Lisboa, Editora Colibri, 2009.
- KHAN, Sheila. Identidades sem chão – Imigrantes afro-moçambicanos: Narrativas de vida e de identidade, e percepções de um Portugal pós-colonial. **Luso-Brazilian Review**, Vol.43, n.2, p.1-26, 2006.
- LEITE, Ana Mafalda; KHAN, Sheila; FALCONI, Jessica; KRAKOWSKA, Kamila. Entrevista a João Paulo Borges Coelho. LEITE, Ana Mafalda; KHAN, Sheila; FALCONI, Jessica; KRAKOWSKA, Kamila. **Nação e Narrativa Pós-Colonial II: Angola e Moçambique**. Lisboa: Cotovia, 2012, p. 131-144.
- LEVI, Primo. **O dever de memória**. Lisboa: Cotovia, 2011.
- MARTINS, Bruno Sena. Violência colonial e testemunho: Para uma memória pós-abissal. **Revista Crítica em Ciências Sociais**, 106, p.105-126. Maio, 2015.
- OLIEVENSTEIN, Claude. **Les non-dits de l'émotion**. Paris: Odile Jacob, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

RIBEIRO, António Sousa. Memória, identidade e representação: Os limites da teoria e a construção do testemunho. **Revista Crítica em Ciências Sociais**, n.80, p.9-21, Março, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abyssal. Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos, CEBRAP**, 79, p. 71-94. Nov.2007.

SILVA, Manuel Carlos, KHAN, Sheila e MENDES, Francisco Azevedo (orgs.). Introdução: Sociedade, Autoridade e Pós-Memórias. **Configurações, Revista de Sociologia**, número temático, Sociedade, Autoridade e Pós-Memórias, n.17, p.5-8, 2016.

SOUTELO, Luciana. **A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas**. Revisionismo histórico e combates pela memória nos finais do século XX. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro, 2015.

Recebido em: 29 de setembro de 2016.

Aprovado em: 17 de dezembro de 2016.